

A ALFABETIZAÇÃO NA NOVA ESCOLA

ELIANE CRISTINA FREITAS DE SOUZA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO), KAIRA WALBIANE COUTO COSTA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO).

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os principais textos que trataram da temática alfabetização, veiculados na revista "Nova Escola" durante os anos 1990 à 2005. Escolhemos essa revista, devido sua grande circulação no meio docente, nosso interesse em analisar as matérias, textos e reportagens veiculadas no período indicado se justifica pelo fato de a teoria construtivista ganhar força no Brasil, a partir da década de 1990. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, onde foram selecionados quarenta e um textos sobre alfabetização, após a análise crítica dos textos, verificamos determinadas recorrências, as quais nos permitiu organizar o corpus do trabalho em três categorias de análise conceituais: conceito de alfabetização, construtivismo e práticas de ensino. Em nossa análise vimos que o conceito de alfabetização veiculado na revista relaciona-se com a teoria construtivista, porém em muitas reportagens notamos também um ecletismo conceitual. A partir de nossas análises concluímos que as práticas de alfabetização divulgadas pela revista Nova Escola apresentam algumas lacunas, pois não se trabalha com a alfabetização dentro de uma perspectiva sócio-histórica, desconsiderando seu caráter emancipatório, além de se reduzir a figura do professor a um facilitador do processo de ensino aprendizagem. Esperamos que este trabalho contribua para a reflexão das editoras, para que possam oferecer à seus leitores outras propostas de alfabetização e não só aquelas que se dizem como as "melhores". Que possam ter como base pesquisas produzidas no meio acadêmico que seguem a perspectiva histórico-cultural.

Palavras-chave:

ALFABETIZAÇÃO, CONSTRUTIVISMO, PRÁTICAS DE ENSINO.

Introdução

A garantia da aprendizagem da leitura e da escrita ainda é um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade brasileira. De acordo com a análise histórica de Graff (1994) sobre o conceito de alfabetização, notamos que este conceito apresentou variações ao longo da história.

No século XIX, havia uma crença com base nas ideias iluministas de que a alfabetização e a educação seriam as impulsionadoras do progresso social e individual. Na metade desse século, tais ideias impulsionaram a abertura das instituições escolares, que tinha como objetivo adequar os indivíduos para a nova ordem econômica. Assim, a educação e a alfabetização, de acordo com Graff (1994), não foram organizadas para propiciar a aquisição do código linguístico, mas para embutir valores morais e inculcar regras de comportamento adequadas à sociedade moderna. Ainda hoje o conceito de alfabetização se encontra sem definições claras, o que abre espaço para muitos debates.

Tendo em vista as constantes variações do termo alfabetização e sobre o que é ser considerado alfabetizado, este artigo tem por objetivo analisar os principais textos veiculados na revista "Nova Escola", no período de 1990 a 2006, que enfatizaram a

alfabetização. A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo é a bibliográfico e tivemos como objetivo analisar o conceito e as práticas de alfabetização que essa revista divulgou e ajudou a construir.

Optamos por analisar a revista Nova Escola, porque, ao fazermos um levantamento sobre as leituras realizadas pelos professores participantes do curso Alfabetização: Teoria e Prática, ministrado pelo governo do Estado do Espírito Santo e pela Universidade Federal do Espírito Santo, constatamos que essa revista foi a mais mencionada pelos professores como um material de consulta para orientar suas práticas. Tal dado nos instigou a lançarmos um olhar investigativo e crítico sobre as produções dessa revista. Acreditamos que um dos fatores que contribui para a sua utilização é o seu baixo custo e, também, o uso de uma linguagem mais acessível e compreensível pelos professores. Optamos por esse recorte temporal, por ser o mesmo período em que a teoria construtivista passou a ganhar destaque no Brasil e, também, por acreditarmos que de certo modo a revista Nova Escola também ajudou na divulgação dessa teoria.

A Revista Nova Escola foi criada pelo presidente do Grupo Abril, Victor Civita, em setembro de 1985, com a missão de contribuir para a melhoria da Educação Básica e Ensino Médio, por meio da formação e valorização do professor, reconhecendo-o como profissional, cidadão e ser humano.

A alfabetização na revista na Nova Escola

Ao investigarmos os textos sobre alfabetização veiculados na revista Nova Escola, percebemos a presença de um grande número de textos que enfatizam a teoria construtivista, destacando as ideias de Jean Piaget e de Emilia Ferreiro. Os gêneros textuais mais utilizados para divulgação das temáticas analisadas foram as reportagens, as entrevistas, as proposta de atividades e os relatos de experiência.

Inicialmente, organizamos os textos encontrados observando a cronologia em que foram publicados. Após a leitura dos textos publicados na Nova Escola, optamos por organizar o *corpus* em categorias que abrangessem aspectos conceituais e práticos. Assim, construímos três categorias conceituais: conceito de alfabetização, construtivismo e práticas de ensino, conforme mostra a Tabela que se segue:

Anexo (1)

Ao todo, encontramos 41 textos que abordaram a alfabetização. As práticas de ensino foram tratadas com maior frequência. A ênfase nas práticas pode ser explicada considerando o objetivo principal da revista, que visa influenciar as práticas dos professores, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica por meio da qualificação do professor.

Dentre os textos sobre as práticas de alfabetização, percebemos a sugestão de atividades lúdicas e o uso de materiais concretos. Verificamos também a contribuição teórica de grandes pensadores e a influência de suas obras na prática de ensino dos professores. A reportagem "Aprenda com eles e ensine melhor", de autoria de Pellegrini (nº 139, 2001), apresenta informações sobre pensadores que possuem diferentes concepções de sujeito e de linguagem. O texto apresenta as ideias de Ferreiro, Freinet, Freire, Gardner, Piaget e Vigotsky, e tem como objetivo mostrar que as produções desses grandes pensadores fundamentam teoricamente os Parâmetros Curriculares Nacionais. É possível perceber que a revista Nova Escola ressalta os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como as contribuições teóricas de tais autores.

Diante dessas análises, notamos que a revista busca apenas informar aos leitores as principais ideias desses pensadores sem contribuir para uma reflexão mais crítica das concepções defendidas por tais teóricos, bem como levar os professores a refletirem sobre suas próprias práticas. Certamente, esse mecanismo tem relação com a própria lógica de um mercado editorial, que busca agradar a todo tipo de leitor.

Comparamos a revista Nova Escola a um manual prático, no qual os professores buscam rapidamente algumas informações sobre teorias e práticas. Assim, constatamos que a revista utiliza algumas estratégias para atrair seu público-alvo, facilitando o acesso a informações que atendam às necessidades imediatas dos professores, e ao mesmo tempo, validar o ideário construtivista tão propagado por ela no período em que nos propomos pesquisar.

Conceito de Alfabetização

Notamos que as reportagens que buscam enfocar um conceito de alfabetização apresentam um ecletismo conceitual, pois tentam fazer ligação entre diferentes concepções. O ecletismo conceitual presente no conceito de alfabetização veiculado pela Nova Escola pode ser notado na reportagem *Afinal, o que é alfabetizar?* (LAGÔA, nº 41, 1990). A pergunta escrita no título da reportagem é respondida por vários estudiosos, dentre eles, destacamos: Magda Soares, Ledja Silva, Telma Weisz, Eloísa Meireles, Joanita Souza e Paulo Freire.

Inicialmente, o texto contextualiza historicamente as variações do conceito de alfabetização e destaca a necessidade de a escola ter como compromisso o fim do analfabetismo e a elevação dos índices de alfabetização no Brasil a partir da década de 1990. De acordo com Meireles, apud LAGÔA (nº 41, 1990) a alfabetização é compreendida como o processo por meio do qual o indivíduo lê e escreve, ou seja, é ensinar os códigos da língua, a decodificar uma mensagem escrita.

O conceito defendido por Joanina Souza, autora da cartilha *Brincando com as Palavras*, destaca que a alfabetização é um processo lento, que tem início com o aprendizado das letras, sílabas, palavras e frases. Podemos notar que a autora concebe a alfabetização como um processo de codificação e decodificação. A produção de textos e a leitura como processos de construção de sentidos não são contempladas nessa perspectiva.

Outro conceito defendido na reportagem por uma das importantes divulgadoras da teoria construtivista no Brasil é o de Telma Weisz. Ela afirma que alfabetizar é "apenas o ato de passar a compreensão do sistema alfabético. É fazer o aluno dominar a técnica. Isso é um subproduto da atividade leitora" (LAGÔA, apud, WEIZ, nº 41, 1990: 15).

A alfabetização parece ser concebida como um processo que antecede a formação do leitor, pois alfabetizar, segundo Weiz, é dominar a técnica do ler e do escrever. E ser leitor é fazer uso social da escrita, portanto Weiz concebe a alfabetização como um processo restrito e diferenciado do desenvolvimento da consciência crítica e da leitura.

A alfabetização na perspectiva de Paulo Freire também é abordada na reportagem. Nesse sentido, a autora do texto traz em destaque uma fala de Freire, em que ele afirma que alfabetização significa "adquirir a língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, dentro de um contexto discursivo de interlocução e interação, com uma visão crítica da realidade" (LAGÔA, nº 41, 1990: 17). A partir da definição de alfabetização de Freire, é possível perceber que ele defende a

construção do conhecimento da língua, dentro de uma proposta discursiva de interlocução e interação entre os sujeitos. Freire destaca a necessidade de trabalhar a alfabetização partindo da realidade vivida pelos próprios sujeitos, na qual seja possível a reflexão crítica da realidade e o exercício da cidadania por parte destes sujeitos.

As ideias de Vigotski e Wallon com base na perspectiva histórico-cultural também aparecem nas reportagens associadas à teoria construtivista. Tal fato demonstra um ecletismo conceitual por parte dos editores da revista, tentando articular princípios teóricos bastantes divergentes quanto à concepção de sujeito e de linguagem.

Notamos que o texto de Ana Lagôa dialoga com autores que defendem a teoria construtivista, sendo o processo de construção do conhecimento resultado da interação entre sujeito e objeto, e as etapas de desenvolvimento estão diretamente ligadas à maturação biológica. Conforme Silva (1996: 219), o indivíduo é visto isolado "das funções sociais e políticas da educação institucionalizada". Dessa forma, o papel do professor como importante mediador entre a criança e a escrita fica secundarizado.

Em várias edições, a ideia de que o desenvolvimento e a aprendizagem ocorrem num processo linear e natural se evidencia. Na edição do Ano VII, nº 62, publicada no mês de setembro e 1992, uma professora declara que todas as crianças passam pelo mesmo itinerário de aprendizagem. O relato da professora reforça a ideia de que todos se desenvolvem e aprendem seguindo um processo linear e único de desenvolvimento. Essa concepção desconsidera o sujeito como sendo um ser social, histórico e cultural, pois concebe os alunos a partir de uma visão biologizante e evolutiva de desenvolvimento.

Em outras edições, percebemos também a tentativa de introduzir nas práticas de alfabetização metodologias de base fonológica. Tais evidências demonstram o quanto a revista segue e ajuda a introduzir modismos, o que contribuiu para apresentar aos leitores uma visão fragmentada e distorcida a respeito do processo de apropriação da língua escrita.

Construtivismo

A matéria intitulada "Dez anos de construtivismo no Brasil", de autoria de Ana Lagôa (maio, 1991), traz em destaque o construtivismo, relatando que o surgimento dessa linha teórica no Brasil surgiu na década de 1980, a partir das ideias da argentina Emilia Ferreiro. Tal teoria defende que a criança constrói seu próprio conhecimento sobre a leitura e a escrita seguindo uma lógica individual, na qual o desenvolvimento cognitivo se dá por etapas pré-estabelecidas.

Durante esse período, o construtivismo foi tido como capaz de solucionar os problemas educacionais do Brasil. Tal teoria foi adotada por muitas Secretarias de Educação, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Geras e Espírito Santo.

A reportagem destaca que o Estado do Espírito Santo colocou em andamento 15 projetos de estudos e pesquisas sobre o construtivismo. Os projetos visavam ampliar a formação teórica dos professores. A fala de Ferraço[1] responsável pelo programa de capacitação do município de Vitória, demonstra a preocupação com a adoção irreflexiva da teoria, defendendo a formação dos professores: "nossa intenção é que o conhecimento saia da teoria para a prática. Não podemos ser

imediatistas. O conteúdo não pode ser mudado só na teoria. Tem que atingir o dia-a-dia da sala de aula" (nº 48, 1991: 12).

A reportagem destaca que o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFES), constituído pelas professoras Euzi Moraes e Karen Currie de Carvalho, ambas com formação em linguística e adeptas da teoria construtivista, deu assessoria nas capacitações de professores das redes estadual, municipais e privadas de ensino, introduzindo a teoria construtivista nas práticas escolares. A reportagem destaca as escolas Maria Horta (Vitória), Mário Casanova (Vila Velha) e Escola Experimental da UFES como sendo as pioneiras a seguirem a teoria construtivista no Estado.

As reportagens que datam do período da década de 1990 trazem, em sua maioria, os nomes de Madalena Freire, Telma Weiss, Esther Grossi, Magda Soares e Sônia Kramer como sendo as propulsoras das ideias construtivistas no Brasil. As reportagens defendem o construtivismo, também conhecido como a Psicogênese da Língua Escrita, como sendo uma teoria que iria romper com as ideias tradicionais de ensino.

Em 1992, a revista trouxe em destaque a entrevista com a Secretária de Educação de Porto Alegre - RS, Esther Grossi, a respeito dos mitos sobre a aprendizagem das crianças pobres.

Grossi afirma que um ambiente estimulante é fundamental para a aprendizagem da leitura e da escrita. É interessante destacar que a organização do espaço escolar influencia os processos de aprendizagem; porém, oferecer apenas um ambiente rico em materiais pedagógicos não propicia a aprendizagem e o desenvolvimento, ou seja, a interação sujeito objeto necessita ser mediada pelo professor. Pois, os objetos, assim como a escrita, são produções culturais que são apropriados por meio das mediações sociais.

A entrevista realizada com Grossi, denominada *Em matéria de alfabetização damos banho no Primeiro Mundo* (nº 57, 92), a secretária destaca que a América Latina, ao adotar a teoria construtivista, estará logo à frente dos países de primeiro mundo. Grossi acredita que apenas as mudanças do método tradicional para a proposta construtivista daria conta de resolver os problemas de fracasso escolar no Brasil.

Quando questionada sobre o número ideal de alunos em sala, Grossi afirma que, na proposta construtivista, o ideal é entre 30, 35 e até 40 crianças, pois a heterogeneidade e a troca entre os alunos é a base para a aprendizagem. Atualmente uma das principais queixas dos professores alfabetizadores recai sobre o excessivo número de alunos por sala de aula, o que impossibilita o atendimento diferenciado e uma práxis criativa e reflexiva. Segundo Marzola :

[...] a pobreza, a má distribuição de renda, o desemprego e a fome não podem ser resolvidos ou minorados com medidas e soluções educacionais. Ao contrário do que os discursos oficiais querem nos fazer crer, problemas sociais só se resolvem com soluções e iniciativas de política social (MARZOLA, 2001: 115).

Assim como Marzola, acreditamos que a teoria construtivista, bem como outras teorias, não pode ser considerada como remédios sociais. É importante termos consciência de que a revista Nova Escola, assim como outro suporte de divulgação, também apresenta uma ideologia, uma concepção de sujeito e de linguagem. É importante refletirmos que tal revista é financiada pelo Governo Federal, servindo de veículo para divulgar as propostas oficiais voltadas para a educação.

Práticas de Ensino

A revista Nova Escola apresenta muitos relatos de experiência de práticas de professores alfabetizadores. Acreditamos que o objetivo de tais relatos é validar a teoria veiculada na revista e, ao mesmo tempo, estimular as práticas construtivistas.

De acordo com Mortatt (2000), o ano de criação da revista foi um período de grande publicação de livros e revistas que traziam resultados de pesquisas bem-sucedidas que tinham como base na teoria construtivista, sendo assim, passam a ser "estimulados os relatos de experiências bem-sucedidas, como forma de se oferecerem modelos possíveis de aplicação e de se demonstrar a viabilidade das novas propostas envolvidas nas tematizações e normatizações" (MORTATT, 2000: 254).

Segundo Geraldi (1997), o início da década de 1980 foi marcado pela democratização do ensino, o que ocasionou o aumento de alunos das classes menos favorecidas, gerando a necessidade de contratação de mais professores. Nesse cenário, houve a necessidade de formação de professores em cursos rápidos e utilização de livros didáticos que serviam como verdadeiros manuais para os professores. Isso acabou gerando a irreflexão dos professores sobre suas práticas e sobre as teorias. Notamos que, de certo modo, a revista Nova Escola apresenta também o mesmo objetivo, servindo muitas vezes como um manual para os professores.

Dentre as atividades propostas em sala de aula, destaca-se o trabalho a partir do ensino de nomes. A ênfase do ensino a partir de nomes foi utilizada como um pretexto para se trabalhar as unidades menores da língua, ou para realizar a reescrita de palavras da letra bastão para a letra cursiva. Nessa perspectiva o nome não é considerado como sendo um enunciado produzido historicamente. O ensino da língua escrita na teoria construtivista não rompe com o modelo das atividades típicas das cartilhas, apesar de apresentar e propor atividades lúdicas de aprendizagem, com a utilização de jogos, sucatas, alfabeto móvel, usados para fixar o conteúdo trabalhado. É possível notar que a "aquisição" da língua escrita ainda se encontra pautada nos processos de decodificação e codificação. As práticas de produção de textos orais e escritos pouco foram evidenciadas na reportagem como proposta de ensino. É possível notar que as atividades priorizam mais as relações entre letras e sons do sistema de escrita.

As propostas de produções textuais sugerem a leitura e a escrita de pequenos textos e canções. Porém tais propostas desconsideram os sentidos atribuídos por Geraldi (2006) a respeito dos processos de produção textual e a importância do "por quê? para quê? e para quem?" se escreve.

A reportagem "Como a criança aprende segundo Piaget" (nº 76, 1994), demonstra, por meio do relato de uma professora, como a ênfase nos nomes serviam como pretexto para trabalhar famílias silábicas e letras, ou seja, parte-se de uma palavra geradora para trabalhar outros nomes que são compostos pelas famílias silábicas, "De molico, saiu mala, mula, meleca" (NOVA ESCOLA, 1994: 20 - 21).

O modelo de ensino adotado pela professora assemelha-se às propostas de ensino das cartilhas tradicionais, enfatizando as famílias silábicas e as palavras derivadas da sílaba trabalhada. Podemos notar a semelhança no exemplo da página abaixo, retirada da Cartilha Caminho Suave, de Branca Alves de Lima.

ANEXO (2)

A edição nº 97, 1996 demonstra que a cartilha Caminho Suave já vendeu 40 milhões de exemplares, sendo o maior sucesso editorial do país. Tal cartilha foi considerada o símbolo de excelência da alfabetização tradicional. É possível notar que tal cartilha ainda influencia, de certo modo, as práticas de ensino dos professores, como evidenciado no relato acima.

A reportagem de Carlos Fioravanti (nº 97, 1996) com o título "Cartilha", traz em destaque a transformação das cartilhas ao longo dos anos. O autor revela que o grande responsável por essas mudanças foi a teoria construtivista. De acordo com as propostas pedagógicas das cartilhas construtivistas, o foco do processo de ensino aprendizagem deixa de ser a sílaba e passa a ser as unidades globais da língua, ou seja, a ênfase no ensino é o texto como unidade de sentido. O autor cita como exemplo alguns títulos de cartilhas construtivistas, tais como: Pipoca, Novo Caminho, Letra Viva, entre outros. Porém, ao analisarmos o conteúdo dessas cartilhas, observamos que, apesar de elegerem o texto como unidade de sentidos, a ênfase no ensino ainda recai nas sílabas e unidades menores da língua.

É importante destacarmos que o final da década de 1980 foi um período marcado pelo movimento construtivista, que tinha dentre os objetivos abolir as cartilhas tradicionais, porém percebemos que a reportagem é contraditória ao defender a volta das cartilhas, tratando-as como ícones da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas análises, notamos que as propostas de alfabetização abordadas na revista Nova Escola durante a década de 1990 buscam divulgar as práticas de alfabetização desenvolvidas por alguns professores, a fim de legitimar a teoria construtivista e servir de modelo para os leitores da revista. Desse modo, percebemos que o caráter crítico-reflexivo do professor sobre sua práxis é deixado de lado, cabendo aos professores apenas seguir as dicas propostas na revista, assumindo a posição de tarefeiros, que apenas aplicam o que lhes é proposto à sua prática.

Assim, as práticas de ensino dos professores alfabetizadores divulgadas na revista Nova Escola desconsideram os processos dialógicos da linguagem, a mediação do professor e o ensino da língua oral e escrita. Não contribuem para a formação da criticidade do sujeito. As práticas analisadas ressaltam apenas algumas dimensões do sistema de escrita, enfatizando mais as relações fonológicas da língua.

Consideramos, assim como Gontijo (2008), que a alfabetização é um processo histórico e social, no qual a criança se apropria, por meio da linguagem, dos conhecimentos histórico-sociais produzidos por outras gerações. Tendo em vista a importância da linguagem, compreendemos que as relações dialógicas entre alunos e professores devem ser a base de uma prática de ensino, no qual a mediação qualificada se faz necessária durante o processo da apropriação da linguagem escrita.

REFERÊNCIAS

GERALDI, Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GONTIJO, Cláudia Maria. **A escrita infantil**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAFF, Harvey J. **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MARZOLA, Norma Regina. O analfabetismo como metáfora, In: NETO VEIGA, Alfredo, SCHMIDT, Sarai. **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 111 - 116.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização - 1876/1994**. São Paulo: UNESP, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1996.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Editora Abril, nº 41, 44, 1990; nº 48, 49, 1991; nº 56, 57, 60, 63, 1992; nº 64, 65, 67, 1993; nº 73, 76, 79, 1994; nº 95, 97, 99, 1996; nº 102, 103, 105, 106, 107, 108, 1997; nº 116, 1998; nº 129, 130, 134, 2000; nº 139, 145, 146, 2001; nº 152, 157, 2002.

[1] Carlos Eduardo Ferraço (atualmente professor no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Espírito Santo com ênfase em pesquisas sobre o cotidiano escolar).

Tabela 1: Categorias de análise e frequência com que foram tratadas na Nova escola.

| Categorias | F | % |
|---------------------------|-----------|------------|
| Práticas de Ensino | 19 | 46,34 |
| Construtivismo | 10 | 24,40 |
| Conceito de Alfabetização | 12 | 29,26 |
| Total | 41 | 100 |

V a c a



va

Vejo uma bonita vaca.
A vaca é a Violeta.
Violeta é do vovô.
Vovô bebe leite de vaca.

| | | |
|--------|-------|-------|
| vaca | veio | ôvo |
| cava | vejo | novo |
| cavalo | vadio | povo |
| cavava | vida | vovô |
| ouve | viva | vovó |
| couve | vivo | vila |
| uva | voa | vivi |
| viúva | voava | viola |

va ve vi vo vu

va ve vi vo vu

V v

V v